



Relatório e Contas

2017

**A Lacobrigense
Associação de Socorros Mútuos**



A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos

ÓRGÃOS SOCIAIS



ORGÃOS SOCIAIS

A LACOBRIGENSE – ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Mário Miguel Pereira Guedes (Associado N.º 538).

1.º Secretário – Ana Luísa Viljoen Rodrigues (Associada N.º 1697).

2.º Secretário – João Paulo Telo Silva (Associado N.º 58).

Suplentes:

1º Suplente – Arlindo de Jesus Barradas N.º 101).

2.º Suplente – Rui Manuel Vinagreiro Catarino (Associado N.º 1124).

DIRECÇÃO

Presidente – José Joaquim V. Martins Pereira (Associado N.º 197).

Secretário – Rui Filipe Machado Araújo (Associado N.º 2108).

Tesoureiro – Ana Teresa R. Oliveira (Associada N.º 1561).

Suplentes:

1.º Suplente – Ana Isabel Glória P. Arvelos (Associada N.º 1572).

2.º Suplente – Manuel A. Guerreiro Correia (Associado N.º 78).

CONSELHO FISCAL

Presidente – Jorge M. Matinhos Cristino (Associada N.º 6641).

Vogal – Clarence Laginha Correia (Associado N.º 1487).

Vogal – Fernando Ramos Bernardo (Associado N.º 1391).

Suplentes:

1.º Suplente – Paulo A. C. A. Castanheira (Associado N.º 1707).

2.º Suplente – Demóstenes A. Pico Mesquita (Associado N.º 160).



A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos

MENSAGEM DA DIRECÇÃO



Caros Associados e amigos,

Como é sabido, tomámos posse a 22 de Janeiro de 2018, para o triénio 2018/2020.

Cabe-nos, contudo, apresentar as contas referentes ao último ano do mandato anterior.

Da sua análise verifica-se que o resultado líquido da Associação foi de 79 349,05 €, o resultado líquido da Farmácia foi de 237 682,92 € e o resultado líquido da Clínica de -62 564,90 €.

Demonstra-se assim que, em relação ao ano de 2016, houve uma melhoria significativa nos resultados globais de exploração, o que significa que as políticas estritamente financeiras usadas foram as melhores, seguindo os resultados obtidos, uma tendência positiva em relação aos períodos transactos.

O resultado líquido negativo apresentado pela clínica prende-se com o facto de, no ano de 2017, ter existido um investimento significativo nos materiais clínicos, nomeadamente na preparação das condições necessárias à realização de exames na área da Gastreenterologia, conforme espelhado na demonstração financeira.

Estamos em crer que a anterior gestão fez um trabalho de recuperação financeira muito eficaz, tendo estabilizado nesse sector a Associação, após tempos conturbados, o que nos diz que está confortável financeiramente e em termos funcionais.

José Martins Pereira

Presidente

Rui Araújo

Secretário

Ana Oliveira

Tesoureira



A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE



1. Introdução

Para cumprimento das disposições legais e estatutárias, a Direcção de “A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos”, vem submeter à vossa apreciação o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2017.

2. Actividades Desenvolvidas em 2017

Associação

Ao longo do ano de 2017, “A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos”, prosseguiu com a sua política de proximidade com os seus Associados tendo sempre em vista a preocupação por se lhes prestar um serviço de qualidade.

Na gestão dos recursos financeiros, a política de negociação com as instituições financeiras, tem-se mantido na mesma linha que anos anteriores e sempre com o objectivo de assegurar as melhores condições de optimização dos nossos recursos, espelhados nos resultados.

Continuamos com o acordo com a empresa Reis Oliveira Ópticas. Este acordo tem como objectivo disponibilizar a todos os associados e familiares um leque de descontos nos produtos desta empresa, assim como beneficiar, gratuitamente, de alguns dos serviços técnicos.

Reforça-se também a protecção social garantida a todos os nossos associados através da RedeMut. Pertencendo a esta rede, conseguimos garantir uma prestação de cuidados de saúde primários e continuados, além de serviços de apoio domiciliário e ação social.

Destacamos, entre outros, a Assistência Médica Noturna. Com este serviço, o associado beneficia de aconselhamento gratuito por telefone, 24 horas por dia, e envio, se necessário, de um médico de clínica geral ao domicilio (entre as 20h00 e as 7h00 dos dias úteis e durante 24 horas aos



Sábados, Domingos e Feriados. Este serviço inclui, também, o transporte de urgência gratuito para o hospital, quando determinado pelo Médico.

Neste momento fazem parte da Redemut (Associação Portuguesa de Mutualidades) 21 Associações. São elas:

1. A Lacobrigense, Associação de Socorros Mútuos – Lagos.
2. A Benéfica e Previdente Associação Mutualista – Porto.
3. A Beneficência Familiar, Associação de Socorros Mútuos – Porto.
4. A Mutualidade Popular, Associação Mutualista – Faro.
5. A Previdência Portuguesa, Associação Mutualista – Coimbra.
6. A Vilanovense – Vila Nova de Gaia.
7. A Mutualidade da Moita – Moita.
8. Associação Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio de Lisboa – Lisboa.
9. Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Estado – Lisboa.
10. Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada – Ponta Delgada.
11. Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Nazaré – Torres Novas.
12. Montepio Abrantino “Soares Mendes” – Abrantes.
13. Montepio Geral.
14. Associação de Socorros Mútuos João de Deus – Silves.
15. União Mutualista Nossa Senhora da Conceição – Montijo.
16. Montepio Rainha D^a Leonor, Associação Mutualista – Caldas da Rainha.
17. Casa da Imprensa, Associação Mutualista – Lisboa e Porto.
18. Associação de Socorros Mútuos 4 Setembro 1862 – Funchal.
19. Associação Mutualista da Freguesia do Vilar – Vilar.
20. MONAF, Montepio Nacional de Farmácia – ASM.
21. MUSSOC, Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e da Segurança Social – Lisboa.

Os associados destas Associações poderão usufruir de serviços de qualquer uma delas, sem que para isso implique qualquer pagamento adicional



ao que já pagam na sua Associação. Basta ser associado de uma que integre esta rede para que a sua adesão seja automática.

A 31 de Dezembro de 2017 o número de Associados é de 1 620. Verificaram-se 11 novas admissões, 18 reactivações de Associados, 72 desistências e 6 falecimentos.

Farmácia

A Farmácia Lacobrigense é hoje uma farmácia de referência, localizada numa área de elevada densidade populacional da cidade de Lagos.

Ao longo do ano de 2017 foi dada continuidade à filosofia de proximidade com os utentes e que vai muito mais além do que a simples dispensa de medicamentos. No ano de 2017, a Farmácia Lacobrigense fez 100 312 atendimentos, o que dá uma média mensal de 8 359 e diária de 278.

Tendo por objectivo sensibilizar os nossos utentes para um estilo de vida saudável, foram também realizados, em conjunto com os nossos parceiros, alguns rastreios.

A Lacobrigense continua a apostar em parceiros capazes de minimizar algumas deficiências, fazendo novos acordos de parceria com distribuidores capazes de dar uma resposta imediata.

Continuamos com os serviços de determinação dos parâmetros bioquímicos, que se trata de um meio complementar de diagnóstico na avaliação do estado de saúde dos nossos utentes. Dentro destes existe um leque que se considera de primeira linha. São eles: Colesterol Total, Glicémia, Hemoglobina, Risco Cardiovascular, Urina e Tensão Arterial.



Clínica A Lacobrigense

A Clínica A Lacobrigense, sendo um prestador privado de cuidados de Saúde, e integrada numa Instituição Particular de Solidariedade Social, tem tido, ao longo dos anos, uma enorme preocupação em crescer de forma a dar aos seus Associados e público em geral, um serviço que vá ao encontro da sua satisfação.

O ano de 2017 foi marcado pela conclusão da remodelação de algumas áreas da nossa clínica de forma a dar resposta ao início dos exames da especialidade de Gastrenterologia através do Serviço Nacional de Saúde.

Aliada a um forte espírito de melhoria contínua, todos os serviços da Clínica A Lacobrigense têm como objectivo principal ir ao encontro das principais necessidades dos seus Associados e do público em geral.

Dando continuidade ao seu objectivo de providenciar aos associados o melhor acesso de cuidados de saúde diferenciados e de qualidade, continuamos com o acordo de parceria com o Grupo HPA Saúde (Hospital Particular do Algarve).

Esta parceria oferece aos associados um complemento aos serviços já existentes na Clínica. Permite usufruir dos mesmos descontos em especialidades e serviços de Saúde que a Clínica A Lacobrigense não dispõe.

Relativamente a acordos com seguradoras dispomos já dos que a seguir se mostra:

- ADVANCECARE.
- MONTEPIO / REDE MUT.
- MULTICARE.
- SAD PSP.



- SNS (Exames de Gastrenterologia).
- ADE-WDA (vários seguros de medicina dentária).

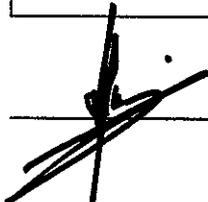
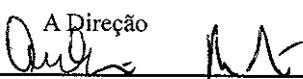
Pretende-se que A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos, continue a crescer de uma forma sustentável, apoiada e participativa. É de salientar o quanto é importante evidenciar que o seu êxito depende de todos os seus associados e também do público em geral.

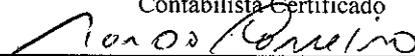


A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 249 060,64	1 174 344,51
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		739,64	774,09
Investimentos financeiros		7 525,00	7 525,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		684 011,76	695 364,64
		1 941 337,04	1 878 008,24
Ativo corrente			
Inventários		195 450,44	194 235,25
Clientes		20 250,67	98 330,76
Adiantamentos a fornecedores		0,00	399,84
Estado e outros entes públicos		0,00	0,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		18 844,54	18 844,54
Outras contas a receber		126 421,72	78 210,88
Gastos a reconhecer		8 201,12	4 263,86
Outros activos financeiros		0,00	1 921,02
Caixa e depósitos bancários		753 502,40	723 591,83
		1 122 670,89	1 119 798,84
Total do ativo		3 064 007,93	2 997 807,08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		21 000,00	21 000,00
Excedentes técnicos		2 490 940,17	2 435 375,03
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-115 669,45	-122 273,99
Excedentes de revalorização		369 740,10	376 344,64
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		2 766 010,82	2 710 445,68
Resultado líquido do período		79 349,05	55 565,14
Total dos fundos patrimoniais		2 845 359,87	2 766 010,82
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		69 859,12	77 462,34
Adiantamentos de Clientes		22 837,43	17 828,43
Estado e outros entes públicos		30 696,10	37 003,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Rendimentos a reconhecer		4 900,00	0,00
Outras contas a pagar		90 355,41	99 501,55
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		218 648,06	231 796,26
Total do passivo		218 648,06	231 796,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 064 007,93	2 997 807,08

 A Direção


Contabilista Certificado


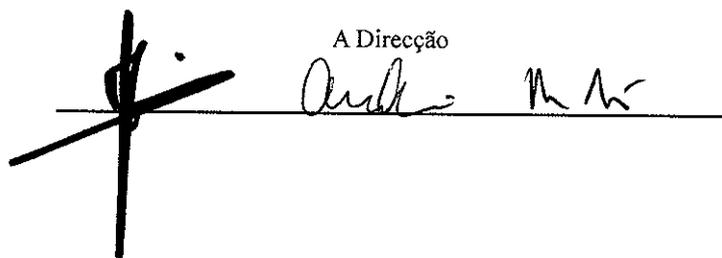
A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

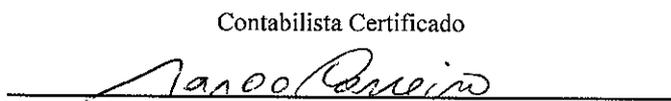
Contribuinte: 501135677

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9001 - ASSOCIAÇÃO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		58.413,40	63.718,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1.453,22	1.939,45
Fornecimentos e serviços externos		49.376,51	45.447,27
Gastos com o pessoal		55.832,48	57.117,36
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	6.759,21
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		-2.641,98	1.090,56
Outros rendimentos		57.602,27	31.059,50
Outros gastos		99.013,94	107.509,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-87.018,50	-125.085,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		15.405,67	16.080,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-102.424,17	-141.165,45
Juros e rendimentos similares obtidos		6.655,20	8.423,02
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-95.768,97	-132.742,43
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-95.768,97	-132.742,43

A Direcção


Contabilista Certificado


A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501135677

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 90011 - ASSISTENCIA MÉDICA E COMPLEMENTAR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		20.447,60	22.521,80
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		0,00	0,00
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		41.203,46	47.122,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-20.755,86	-24.600,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-20.755,86	-24.600,43
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-20.755,86	-24.600,43
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-20.755,86	-24.600,43

A Direcção

Contabilista Certificado

 _____
 [Handwritten signature]

 _____
 [Handwritten signature]

A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
VALÊNCIA: 90012 - ASSISTÊNCIA MEDICAMENTOSA

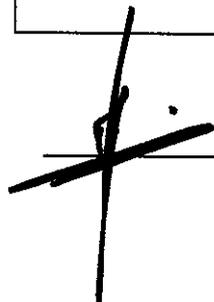
Contribuinte: 501135677

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		20.718,80	22.701,40
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		0,00	0,00
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		54.372,40	54.981,47
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-33.653,60	-32.280,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-33.653,60	-32.280,07
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-33.653,60	-32.280,07
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-33.653,60	-32.280,07

A Direcção

Contabilista Certificado



A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 VALÊNCIA: 90013 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

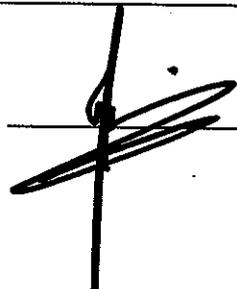
Contribuinte: 501135677

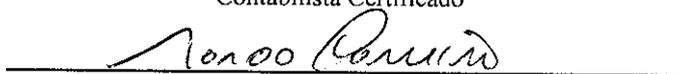
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		17.247,00	18.494,80
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1.453,22	1.939,45
Fornecimentos e serviços externos		49.376,51	45.447,27
Gastos com o pessoal		55.832,48	57.117,36
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	6.759,21
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		-2.641,98	1.090,56
Outros rendimentos		57.602,27	31.059,50
Outros gastos		3.438,08	5.405,32
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-32.609,04	-68.204,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		15.405,67	16.080,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-48.014,71	-84.284,95
Juros e rendimentos similares obtidos		6.655,20	8.423,02
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-41.359,51	-75.861,93
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-41.359,51	-75.861,93

A Direcção

Contabilista Certificado



A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501135677

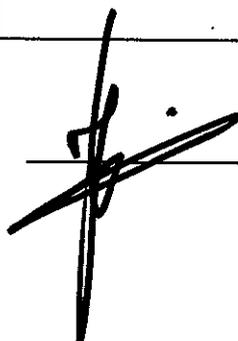
Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9002 - FARMÁCIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		2.544.094,25	2.498.943,40
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1.900.506,85	1.880.789,79
Fornecimentos e serviços externos		62.849,25	54.628,17
Gastos com o pessoal		382.043,68	406.515,92
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		23.530,11	-1.271,04
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		91.886,58	88.205,15
Outros gastos		18.078,92	21.642,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		248.972,02	224.843,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		11.294,10	11.777,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		237.677,92	213.066,39
Juros e rendimentos similares obtidos		5,00	5,98
Juros e gastos similares suportados		0,00	70,00
Resultados antes de impostos		237.682,92	213.002,37
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		237.682,92	213.002,37

A Direcção

Contabilista Certificado



[Handwritten Signature]



[Handwritten Signature]

A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501135677

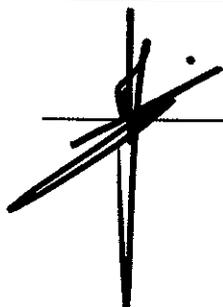
Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9003 - POLICLINICA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		626.575,09	612.085,98
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		25.208,34	15.376,34
Fornecimentos e serviços externos		457.871,13	433.272,69
Gastos com o pessoal		170.539,11	166.634,66
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		17,28	603,70
Outros gastos		1.481,81	964,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-28.508,02	-3.558,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		34.056,88	21.136,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-62.564,90	-24.694,80
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-62.564,90	-24.694,80
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-62.564,90	-24.694,80

A Direcção

Contabilista Certificado



Handwritten signature of the Director

Handwritten signature of the Certified Accountant

Exercício de 2017

Demonstração do Gasto das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

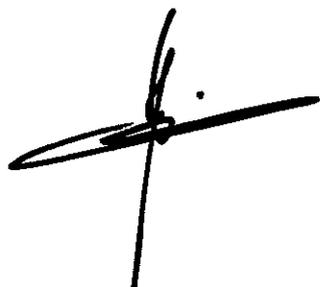
Mod. 1045

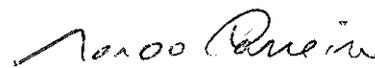
Moeda: Euros

Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	184.630,94	9.604,31
Compras	1.925.028,16	30.780,41
Autoconsumos		
Regularização de Existências	(23.302,73)	
Existências Finais	186.753,88	8.696,56
Gasto do Período	1.895.492,91	31.675,50

Demonstração da Variação da Produção

MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS DESPERDÍCIOS RESÍDUOS E REFUGOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO
Aumento / redução no exercício	0,00	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00	0,00
Existências iniciais	0,00	0,00	0,00
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00





A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos

Demonstração dos fluxos de caixa

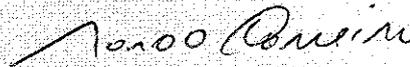
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.316.339,88	3.275.431,58
Pagamentos de subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de apoios	-95.575,86	-102.046,70
Pagamentos de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-2.569.563,80	-2.555.834,86
Pagamentos ao pessoal	-500.562,90	-520.352,50
Caixa gerada pelas operações	150.637,32	97.197,52
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-6.196,90	-63.945,78
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	144.440,42	33.251,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-124.382,36	-97.089,62
Activos intangíveis	-528,90	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	10.381,41	13.549,20
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-114.529,85	-83.540,42
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	0,00	0,00
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	723.591,83	773.880,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período	753.502,40	723.591,83

A Direcção



O Contabilista Certificado



A LACOBRIGENSE ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

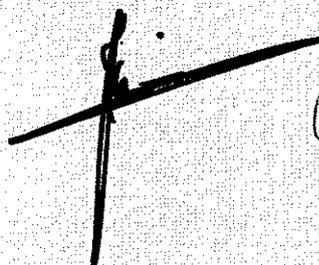
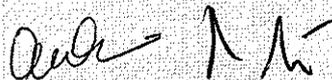
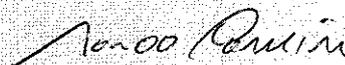
(Montantes expressos em Euros)

	2017	2016
Vendas e serviços prestados	3.229.082,74	3.174.747,38
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.927.168,41	-1.898.105,58
Resultado bruto	1.301.914,33	1.276.641,80
Outros rendimentos	149.506,13	119.868,35
Gastos de distribuição	-689,80	-796,85
Gastos administrativos	-569.407,09	-532.551,28
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00
Outros gastos	-801.974,52	-807.596,50
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos	79.349,05	55.565,52
Gastos de financiamento, líquidos	0,00	0,00
Resultados antes de impostos	79.349,05	55.565,52
Imposto sobre o rendimento do exercício		
Resultado líquido do exercício	79.349,05	55.565,52

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados.
por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

A DIRECÇÃO

O Contabilista Certificado



A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A LACOBRIGENSE ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes Expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lacobrigense Associação de Socorros Mútuos (doravante designada por "Lacobrigense" ou "Associação") constituída por alvará de 17 de julho de 1938, com sede na Rua Adelina da Glória Berger, Lote 8, Loja A/F, em Lagos, anteriormente denominada por "Compromisso Marítimo e Artístico de Lagos", resultou da fusão, homologada por portaria de 29 de janeiro de 1932, do "Montepio Artístico Lacobrigense", constituído em 15 de abril de 1855, com o "Compromisso Marítimo de Lagos", antigo "Real Compromisso Marítimo de Lagos" e "Irmandade do Corpo Santo dos Mareantes e Pescadores da Cidade de Lagos", confraria com Estatutos Setecentistas que datam de 15 de janeiro de 1749.

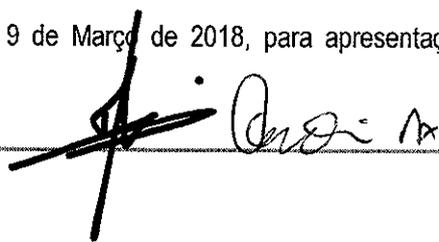
Trata-se assim de uma das mais antigas Associações nacionais e uma das mais prestigiantes no contexto do Associativismo do Município de Lagos.

A Lacobrigense é uma instituição particular de solidariedade social, reconhecida de pessoa coletiva de utilidade pública, que tem vindo a assegurar um apoio assistencial interno aos seus associados durante vários anos, constituindo um importante agente de desenvolvimento social na zona de Lagos.

Tal como consta nos seus estatutos, registados no Livro das Associações Mutualistas e Fundações de Segurança Social Complementar, sob o n.º 27/82, a folhas 22 verso, a Associação tem como finalidade o desenvolvimento de ações de proteção social complementar na área da Segurança Social, bem como promover outras ações nos âmbitos da Saúde e da melhoria de vida dos seus associados.

É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras defletem de forma verdadeira e apropriada as operações da associação, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção em 9 de Março de 2018, para apresentação em Assembleia Geral.



2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2014, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro consignadas, respetivamente, nas Portarias n.º 105/2011 e 106/2011 e no Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março, os quais, no seu conjunto constituem o quadro normativo contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com a NCRF-ESNL.

3.2. Investimentos financeiros

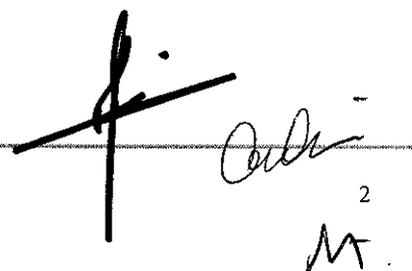
Os investimentos noutras empresas por participação de capital são registados pelo custo de aquisição.

3.3. Propriedades de investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.



Handwritten signature and initials, including a large stylized signature and the initials 'M' below it.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

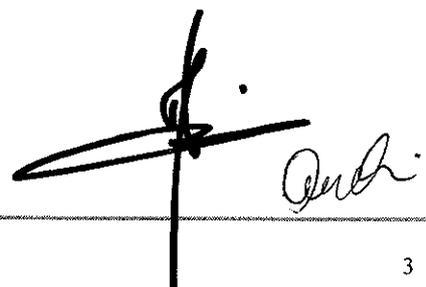
3.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção de activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Associação espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a Edifícios e outras construções são registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo o seu valor contabilístico na data de relato ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. São efectuadas revalorizações com carácter regular e sempre que se verifiquem indícios de imparidade.

O aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", excepto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados.

A large, stylized handwritten signature is written over a horizontal line. To the right of the signature, the name 'Quir' is written in a smaller, cursive hand. Below the signature, the initials 'MT' are written.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

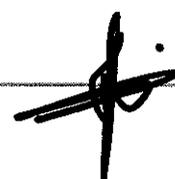
O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível será determinado pela diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber a quantia escriturada do activo e será reconhecido em resultados no período em que ocorra o abate ou a alienação.

3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações financeiras

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, estão registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

 
M

Locações operacionais

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. As depreciações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, durante a vida útil esperada dos activos intangíveis. As taxas de amortização utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Classe homogénea	Anos
Software		3

Sempre que exista algum indicador que os activos fixos tangíveis e intangíveis da Associação possam estar em imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um activo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

O valor recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do activo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respectiva rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.7. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitem a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.8. Imposto sobre o rendimento

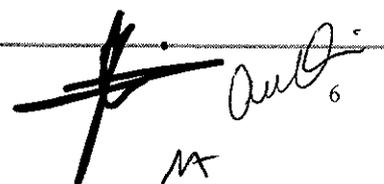
O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;



Handwritten signature and initials, possibly "M" and "Aut 6".

- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

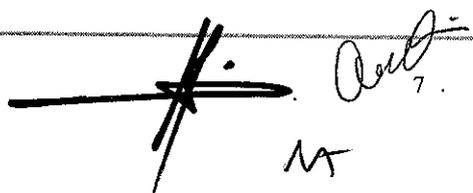
3.9. Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Associação) são registadas às taxas de câmbio das taxas das transacções. Em cada data de relato os itens denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.10. Ativos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, de acordo com o previsto na NCRF 27-Instrumentos financeiros.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is a stylized cursive script, and the initials 'M' are written below it.

Os activos e passivos financeiros, são classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa do juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os activos e passivos financeiros ao custo amortizado inclui clientes e outras dívidas de terceiros, caixa e equivalentes de caixa, outros activos financeiros, fornecedores e outras dívidas a terceiros e financiamentos obtidos:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem a activos que possam ser imediatamente imobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros, que incluem, essencialmente, empréstimos concedidos a participadas são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto de selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método da taxa de juro efectiva em resultados do exercício ao



Handwritten signature and initials, including the number 117 and a small number 8.

longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de Financiamentos obtidos.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros ao custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados, negativamente.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na Rubrica "Perdas por imparidade" no exercício em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Associação desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos aos quais a Associação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. A Associação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as vendas e prestações de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data do relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Associação;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção possam ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Associação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido nas provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data do relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data. É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Associação desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as actividades correntes da Associação.

3.13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos estão reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições

ocorridas após o balanço ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e /ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

As estimativas e pressupostos significativos formulados direcção na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente:

- a) Análises de imparidade de participações financeiras;
- b) Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões;

3.15. Política de gestão de riscos

A Associação, e em particular a direcção, dedicam grande atenção aos riscos subjacentes ao seu negócio. A gestão de riscos pretende assegurar a mitigação dos factores de risco que possam ter um eventual impacto ao nível da associação, possibilitando adicionalmente identificar oportunidades de melhoria ou de negócio.

A continuidade dos negócios depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem materialmente afectar os seus activos (pessoas, informação, equipamento e instalações), comprometendo assim, os objectivos estratégicos delineados.

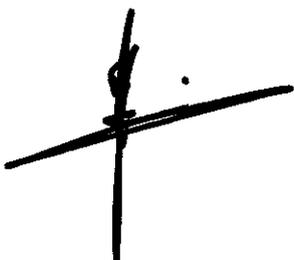
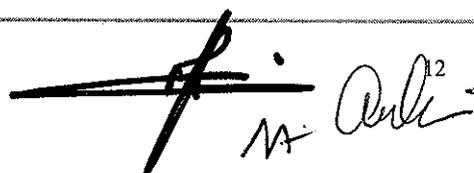
Tendo em consideração a actividade e a dimensão da Associação o sucesso na gestão de riscos depende da participação de todos os colaboradores. A direcção e os quadros dirigentes têm transmitido essa preocupação aos seus subordinados comunicando-lhes que a identificação e reporte de riscos associados à sua área faz parte integrante das suas funções.

A associação possui, no seu quadro de pessoal, de colaboradores com qualificações e preparação, quer académicas quer profissionais, específicas a cada função, que lhe permite uma actuação continuada, permanentemente enquadrada, informada e conhecedora no contexto das actividades que desenvolve.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a vertical line intersected by a horizontal line, with a small loop at the top of the vertical line.A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized initial 'A' followed by a cursive name, possibly 'A. A. A.', with a small '2' superscripted.

A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos

Demonstração dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.316.339,88	3.275.431,58
Pagamentos de subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de apoios	-95.575,86	-102.046,70
Pagamentos de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-2.569.563,80	-2.555.834,86
Pagamentos ao pessoal	-500.562,90	-520.352,50
Caixa gerada pelas operações	150.637,32	97.197,52
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-6.196,90	-63.945,78
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	144.440,42	33.251,74

Fluxos de caixa das actividades de investimento

Pagamentos respeitantes a:

Activos fixos tangíveis	-124.382,36	-97.089,62
Activos intangíveis	-528,90	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00

Recebimentos provenientes de:

Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	10.381,41	13.549,20
Dividendos	0,00	0,00

Fluxos de caixa das actividades de investimento (2) -114.529,85 -83.540,42

Fluxos de caixa das actividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:

Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuizos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00

Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00

Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3) 0,00 0,00

Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)

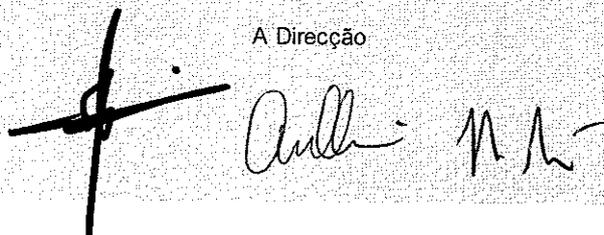
Efeito das diferenças de câmbio

Caixa e seus equivalentes no início do período

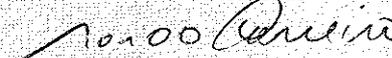
Caixa e seus equivalentes no fim do período

0,00	0,00
0,00	0,00
723.591,83	773.880,51
753.502,40	723.591,83

A Direcção



O Contabilista Certificado



5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as classe de activos "Edifícios e outras construções" e "Propriedades de Investimento" passaram a ser registada pelo método da revalorização conforme descrito nas notas 3.3 e 3.4 supra. Tendo em consideração que para esta classe de activos existe um mercado com liquidez suficiente de forma a poder ser encontrado o seu justo valor, este método reflecte com maior fiabilidade o valor dos activos da associação.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2017								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Ferramentas Utensílios	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:								
Saldo inicial	241.975,00	884.925,00	431.098,78	22.523,39		155.050,40	41.136,04	1.776.708,61
Aquisições		127.996,26	40.789,94			19.453,31	75,98	188.315,49
Anulação Amortizações Acumuladas								
Revalorizações								
Saldo final	241.975,00	1.012.921,26	471.888,72	22.523,39		174.503,71	41.212,02	1.965.024,10
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial		91.672,50	389.856,13	22.417,52		143.386,88	19.415,42	666.748,45
Anulação Amortizações Acumuladas								
Amortizações do exercício		23.438,43	18.264,15	12,01		7.170,50	296,05	49.181,14
Saldo final		115.110,93	408.120,28	22.429,53		150.557,38	19.711,47	715.929,59
Activo líquido	241.975,00	897.810,33	63.768,44	93,86		23.946,33	21.500,55	1.249.094,51

2016								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Ferramentas Utensílios	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:								
Saldo inicial	241.975,00	884.925,00	405.247,53	22.489,52		149.851,91	41.136,04	2.497.326,00
Aquisições			25.851,25	33,87		5.198,49		31.083,61
Anulação Amortizações Acumuladas								
Revalorizações								
Saldo final	241.975,00	884.925,00	431.098,78	22.523,39		155.050,40	41.136,04	2.528.409,61
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial		68.234,07	379.414,28	22.405,52		138.293,56	18.587,57	674.478,41
Anulação Amortizações Acumuladas								
Amortizações do exercício		23.438,43	10.441,85	12,00		5.093,32	827,85	39.813,45
Saldo final		91.672,50	389.856,13	22.417,52		143.386,88	19.415,42	714.291,86
Activo líquido	241.975,00	793.252,50	41.242,65	105,87		11.663,52	21.720,62	1.814.117,74

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foi realizado, por peritos independentes, um estudo de avaliação dos activos pertencentes à rubrica "Edifícios e outras construções" e "Outros activos tangíveis". Como resultado dessa avaliação, a associação registou uma revalorização nas respectivas rubricas.

Vidas úteis e depreciação

Os activos fixos tangíveis são depreciados por duodécimos de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	4 a 5

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

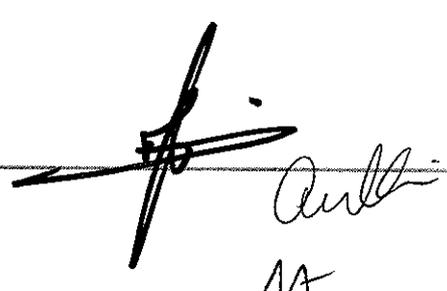
Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte

Handwritten signature and initials, possibly 'Arb' and 'NA'.

	2017			2016		
	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto:						
Saldo inicial	23.318,96		23.318,96	22.157,84		22.157,84
Ajustamentos de transição (Nota ___)						
Saldo reexpresso						
Aquisições	528,90		528,90	1.161,12		1.161,12
Alienações						
Transferências						
Abates						
Outras variações						
Saldo final	23.847,86		23.847,86	23.318,96		23.318,96
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial	22.544,87		22.544,87	22.157,84		22.157,84
Ajustamentos de transição (Nota ___)						
Saldo reexpresso						
Amortizações do exercício	563,35		563,35	387,03		387,03
Perdas por imparidade do exercício						
Reversões de perdas por imparidade						
Alienações						
Transferências						
Abates						
Outras variações						
Saldo final	23.108,22		23.108,22	22.544,87		22.544,87
Activo líquido	739,64		739,64	774,09		774,09

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido em propriedades de investimento, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



2017

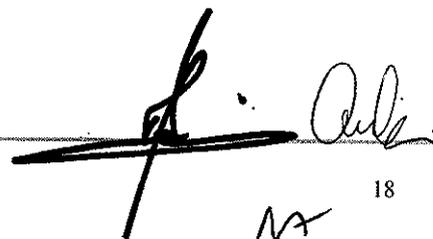
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	185.250,00	566.451,00	751.701,00
Ajustamentos de transição (Nota ___)			
Aquisições			
Alienações			
Transferências			
Abates			
Anulação Amortizações Acumuladas			
Revalorizações			
Outras variações			
Saldo final	<u>185.250,00</u>	<u>566.451,00</u>	<u>751.701,00</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial		56.336,36	56.336,36
Anulação Amortizações Acumuladas			
Amortizações do exercício		11.352,88	11.352,88
Perdas por imparidade do exercício			
Reversões de perdas por imparidade			
Alienações			
Transferências			
Abates			
Outras variações			
Saldo final	<u>0,00</u>	<u>67.689,24</u>	<u>67.689,24</u>
Activo líquido	<u>185.250,00</u>	<u>498.761,76</u>	<u>684.011,76</u>

2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	185.250,00	566.451,00	751.701,00
Ajustamentos de transição (Nota ___)			
Aquisições			
Alienações			
Transferências			
Abates			
Anulação Amortizações Acumuladas			
Revalorizações			
Outras variações			
Saldo final	<u>185.250,00</u>	<u>566.451,00</u>	<u>751.701,00</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial		44.983,48	44.983,48
Anulação Amortizações Acumuladas			
Amortizações do exercício		11.352,88	11.352,88
Perdas por imparidade do exercício			
Reversões de perdas por imparidade			
Alienações			
Transferências			
Abates			
Outras variações			
Saldo final	<u>0,00</u>	<u>56.336,36</u>	<u>56.336,36</u>
Activo líquido	<u>185.250,00</u>	<u>510.114,64</u>	<u>695.364,64</u>

9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013, foram adquiridas 4.563 unidades de participação com o valor nominal de 1€, através da oferta pública de subscrição, pela Caixa Económica Montepio Geral.



		2016	2015
Investimentos em subsidiárias	Método de Equivalência Patrimonial		
	Outros Métodos		
Investimentos em associadas	Método de Equivalência Patrimonial		
	Outros Métodos		
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	Método de Equivalência Patrimonial		
	Outros Métodos		
Investimentos noutras empresas	Cartera de Titulos ANF	7.525,00	7.525,00
	OPS - Fundo de Participação CEMG	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros			
Perdas por Imparidade Acumuladas			
	Total	<u>7.525,00</u>	<u>7.525,00</u>

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Não houve gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, conforme mencionado em 3.8.

Impostos diferidos

Dada a isenção em sede de IRC descrita em 3.8. não houve activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016.

11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 as contas a receber da Instituição têm a seguinte composição:

Handwritten signature and initials, likely representing the auditor or preparer of the financial statements.

	2017				2016			
	Valor bruto	Ajustamento	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Ajustamento	Imparidade acumulada	Valor líquido
Correntes:								
Cientes, conta corrente	46.284,01		-26.033,34	20.250,67	111.714,75		-13.383,99	98.330,76
Cientes, títulos a receber								
Cientes factoring								
Adiantamento a fornecedores								
Estado e outros entes públicos								
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/ doadores/associados/membri	18.844,54			18.844,54	18.844,54			18.844,54
Pessoal								
Devedores por acresc de rer	3.244,45			3.244,45	3.721,21			3.721,21
Outros devedores	372.209,05		-245.787,33	126.421,72	313.117,45		-234.906,57	78.210,88
	440.582,05	0,00	-271.820,67	168.761,38	447.397,95	0,00	-248.290,56	199.107,39

No exercício de 2017 foi constituída uma provisão de perda por imparidade na conta de cliente e outros devedores no valor total de 23.530,11€.

12. DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, as rubricas do activo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Juros financiamento		
Imposto de selo de financiamento		
Subcontratos		
Trabalhos especializados		
Outros gastos a reconhecer	8.201,12	4.263,86
	8.201,12	4.263,86

13. Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2017, o Fundo Social era de 2.845.359,87€ Euros com a seguinte composição:



	2017	2016
Fundos:		
Obras de Arte	21.000,00	21.000
Fundo Próprio para Assist.Médica e Complementar	511.637,16	550.996,47
Fundo Próprio para Assist. Medicamentosa	565.445,63	618.542,60
Fundo de Administração	266.002,72	225.717,59
Fundo de Reserva Geral	1.147.854,66	1.040.118,37
	2.511.940,17	2.456.375,03

A Lacobrigense tem 1620 associados.

14. RESERVAS

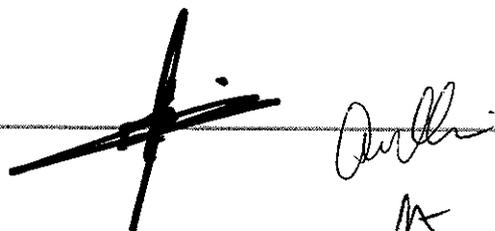
No decurso dos exercicios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, não houve qualquer movimento na rubrica de reservas.

15. RESULTADOS TRANSITADOS

	2017	2016
Ajustamento de activos tangíveis	-84.054,44	-84.054,44
Ajustamento de depreciações	226.705,85	220.101,31
Rec de activos por devoluções mercadorias	12.973,59	12.973,59
Ajustamento saldo clientes	-24.156,36	-24.156,36
Imparidade Clientes	-18.990,73	-18.990,73
Imparidade Outros Devedores	-228.147,36	-228.147,36
	-115.669,45	-122.273,99

Cumprir referir que no ano 2016 foi constituída uma provisão de perda por imparidade, no valor de 108.147,36€ de outros devedores respeitante à dívida acumulada até 31/12/2015 proveniente de rendas em atraso cujo processo de tribunal teve sentença em Março de 2016, com ordem de despejo da loja arrendada à firma Nervo Óptico.

Por outro lado foi ajustado em depreciações o valor respeitante à reavaliação dos edificios e outros ativos fixos tangíveis no valor de 6.604,54€, compensando assim positivamente a depreciação anual respeitante à parte que foi reavaliada.



16. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Não houve movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, na rubrica "Excedentes de revalorização".

17. PROVISÕES

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017, não houve qualquer movimento na rubrica de provisões, por não existirem quaisquer acções intentadas contra a instituição.

18. LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2017 a instituição não detinha qualquer ativo em regime de locação financeira.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica "Outras contas a pagar" tem a seguinte composição:

	2017	2016
Outras contas a pagar		
Remunerações a liquidar		
Remunerações	61.584,16	60.421,76
Encargos s/ remunerações	13.733,28	13.595,81
Fornecedores de Investimento	1.954,59	11.435,80
Juros e Imp selo a liquidar		
Subcontratos		
Publicidade e propaganda		
Fornecimentos e serviços externos a liquidar		
Outras contas a pagar	13.083,38	14.048,18
	<u>90.355,41</u>	<u>99.501,55</u>

20. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro 2017 e 2016 a rubrica de Fornecedores tem a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores, conta corrente	69.859,12	77.462,34
	69.859,12	77.462,34

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" têm a seguinte composição:

	2017	2016
	Passivo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		
Estimativa de imposto		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	10.627,04	11.027,78
Imposto sobre o valor acrescentado	8.983,32	14.531,64
Contribuições para a Segurança Social	11.085,74	11.444,52
Outros impostos		
	30.696,10	37.003,94

22. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" tem a seguinte composição:

	2017	2016
Rendimentos a reconhecer	4.900,00	0,00
Juros a receber		
	4.900,00	0,00

23. PASSIVOS E ACTIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

A associação tem assumido responsabilidades por garantias bancárias prestadas a favor de terceiros (E.D.P) no montante total de 1.812,10 Euros.

24. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Associação nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 tem a seguinte composição:

	2017	2016
Vendas	2.544.121,85	2.498.885,48
Prestações de serviços	684.960,89	675.861,90
	3.229.082,74	3.174.747,38

25. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 tem a seguinte composição:



	2017	2016
Contratos de Assistencia Técnica	8.944,14	10.007,77
Serviços Médicos	103.503,41	105.064,87
Outros	35.383,34	30.873,37
Serviços Bancários	12.917,06	13.594,74
Publicidade e propaganda	492,00	0,00
Vigilância e segurança	2.954,93	2.149,94
Honorários Médicos	244.616,67	245.008,99
Honorários Enfermeiros	12.265,50	10.873,50
Honorários Paramédicos	18.876,92	18.104,66
Honorários Administrativos	0,00	0,00
Honorários Outros Prof.Independentes	13.915,96	12.399,90
Comissões	0,00	0,00
Conservacao e repacao de edificios	3.840,77	0,00
Conservacao e reparacao de maqu./equipamento	10.831,30	1.750,19
Conservacao e reparacoes - Outras	2.257,54	591,29
Outros	0,00	0,00
Ferramentas e utensilios de desgaste rápido	757,37	0,00
Livros e documentação técnica	351,56	141,99
Material de escritório	11.899,72	8.959,86
Artigos para oferta	0,00	0,00
Electricidade	15.516,57	15.930,96
Outros Combustiveis	672,58	796,85
Água	3.583,09	3.935,18
Pessoal	783,76	148,51
Orgãos Sociais	0,00	1.968,60
Transportes de mercadorias	17,22	0,00
Rendas e alugueres	16.981,48	14.915,76
Telefone	8.685,63	9.935,65
Outras Despesas com Comunicação	4.577,49	4.792,02
De edificios	2.801,83	3.026,31
De Viaturas	510,37	489,60
De Venda de Mercadorias - Assoc.Nac.Farm.	0,00	0,00
Outros	2.874,42	2.694,46
Contencioso e notariado	0,00	91,28
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	5.712,90	3.749,52
Outros serviços	23.571,36	11.352,36
	570.096,89	533.348,13



26. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 tem a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações Certas e permanentes	363.021,17	373.709,40
Subsídio de Férias	30.792,08	30.210,88
Subsídio de Natal	30.654,85	31.811,07
Diuturnidades	9.350,18	11.509,55
Subsídios de Alimentação	41.147,39	43.011,07
Horas Extraordinárias	21.061,84	21.325,26
Verbas para Representação		
Ajudas de Custo		
Abono para Falhas	5.180,00	4.676,00
Gratificações	800,00	
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Indemnizações	0,00	302,40
Segurança Social	100.891,60	103.905,55
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	3.894,47	3.906,23
Subsídios a Cantinas e Refeitórios		
Subsídios a Descendentes e Outros Familiares		
Outros		2.700,25
Complementos Subsídios de Doença		
Complementos Pensões		
Apoio Médico Medicamentoso		
Vestuário e Calçado		
Outros	1.621,69	3.200,28
	608.415,27	630.267,94

27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 tem a seguinte composição:

	2017	2016
Outros Rendimentos e Ganhos		
Rendimentos suplementares	9.803,55	460,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	81.896,81	86.924,26
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	57.600,00	29.906,14
Outros	205,77	2.577,45
	149.506,13	119.868,35

28. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 tem a seguinte composição:

	2017	2016
Outros gastos e perdas	17.874,67	16.494,30
Impostos	1.082,67	1.073,21
Taxas	439,98	1.400,00
Dívidas incobráveis	0,00	4.392,56
Outras Correções	2.816,21	3.970,83
Donativos	785,28	738,18
Assistência Médica Complementar	41.203,46	47.065,23
Assistência Medicamentosa	54.372,40	54.981,47
Outros custos inerentes a associados	0,00	0,00
	118.574,67	130.115,78

29. DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES

A rubrica de Gastos / reversões de depreciação e de amortização nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 tem a seguinte composição:

	2017	2016
Activos fixos tangíveis	60.193,31	48.606,40
Intangíveis	563,34	387,03
	60.756,65	48.993,43

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 têm a seguinte composição:

	2017	2016
Juros obtidos:		
De depósitos	6.660,20	8.429,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	6.660,20	8.429,00

31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 têm a seguinte composição:

	2017	2016
Juros suportados:		
Financiamentos bancários		
Locações financeiras	0,00	0,00
	0,00	0,00
Empréstimos obrigacionistas		
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Comissões e encargos similares		
Imposto do selo		
Outros financiamentos	0,00	70,00
	0,00	70,00

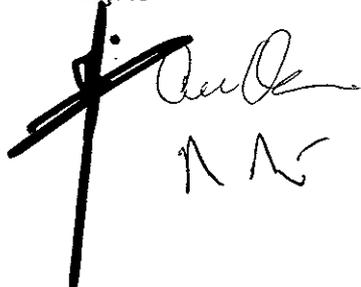
32. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

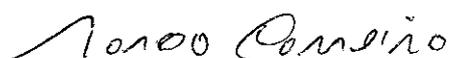
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 9 de Março de 2018.

A DIREÇÃO



Handwritten signature of the Director, consisting of a stylized, bold signature followed by the initials "R N".

O Contabilista Certificado



Handwritten signature of the Certified Accountant, appearing as "Noroo Comerio".



A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos

PARECER DO CONSELHO FISCAL



A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos

Rua Adelina da Glória Berger, Lote 8, Loja F

8600 – 672 Lagos

Tel. – 282 764 826 Fax – 282 769 626

Email – geral@alacobrigense-asm.pt

ce.

Acta número oito

Aos nove dias do mês de Março do ano dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, nas instalações da Clínica de A Lacobrigense, sita na Rua José Francisco de Matos Nunes da Silva, lote cinco, loja A, em Lagos, reuniu nos termos do artº 37º do Estatutos, o Conselho Fiscal desta Associação com a presença dos seus elementos efectivos, Jorge Cristino – presidente, os vogais Clarence Correia e Fernando Bernardo, para nos termos do artº 38º, analisar e dar parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção, relativos ao exercício de dois mil e dezassete (2017).

Estiveram também presentes, os elementos da Direcção, José Martins Pereira – presidente, Rui Araújo – secretário, Ana Teresa – tesoureira, o suplente do conselho fiscal Demosthenes Mesquita, Adélia Fuzeta – Gestora, Rogério Mamede – funcionário da contabilidade e o responsável pela contabilidade Marco Carreiro.

Analisados todas as verbas e demais elementos contabilísticos, depois de nos terem sido prestados todos os esclarecimentos pedidos, informamos que encontrámos tudo na devida ordem, não detectamos nenhuma anomalia nem detectámos qualquer violação da Lei e dos Estatutos.

O resultado líquido positivo da Farmácia no valor de 237.682,92€ (duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois euros e noventa e dois cêntimos) deveu-se essencialmente ao aumento do volume de vendas em 1,8%. As ditas vendas foram em 2017 de 2.544.094,25€ (dois milhões quinhentos e quarenta e quatro mil e noventa e quatro euros e vinte cinco cêntimos), contribuindo em grande parte para o aumento do resultado líquido em 24.680,55€ (vinte e quatro mil seiscentos e oitenta euros e cinquenta e cinco cêntimos) em relação a 2016 (dois mil e dezasseis).

Os serviços prestados na Clínica foram de 626.575,09€ (seiscentos e vinte seis mil quinhentos e setenta e cinco euros e nove cêntimos), aumentado em relação ao ano anterior em 2,4%.

No entanto, o resultado líquido da mesma foi negativo e saldou-se em -62.564,90€ (menos sessenta e dois mil quinhentos e sessenta e quatro euros e noventa cêntimos), como já havia sido 2016 (dois mil e dezasseis) que foi de -24.694,80€ (menos vinte e quatro mil seiscentos e noventa e quatro euros e oitenta cêntimos). Este aumento do saldo negativo em 37.870,10 (trinta e sete mil oitocentos e setenta euros e dez cêntimos) deveu-se aos



A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos

Rua Adalina da Glória Berger, Lote 8, Loja F

8600 – 672 Lagos

Tel. – 282 764 826 Fax – 282 769 626

Email – geral@alacobrigense-asm.pt

24
cc
[Handwritten signature]

investimentos efectuados na especialidade de gastroenterologia, nomeadamente em obras, equipamentos, serviços e material clínico.

Quanto à sua actividade de natureza, a Associação no conjunto das valências de assistência medicamentosa e assistência médica e complementar, apresentou uma melhoria em relação ao ano anterior passando de um resultado líquido negativo de -132.742,43€ (menos cento e trinta e dois mil, setecentos e quarenta e dois euros e quarenta e três cêntimos) em 2016 para um resultado negativo de -95.768,97€ (menos noventa e cinco mil, setecentos e sessenta e oito euros e noventa e sete cêntimos) em 2017 (dois mil e dezassete) que ficou a dever-se ao aumento da rubrica do valor das rendas. A Associação no conjunto destas atividades gerou no global um Resultado Líquido positivo de 79.349,05€ (setenta e nove mil trezentos e quarenta e nove euros e cinco cêntimos) superior em 23.783,91€ (vinte e três mil, setecentos e oitenta e três euros e noventa e um cêntimos), em comparação com o ano transacto, reflectindo assim a evolução positiva que a mesma tem vindo a ter nos últimos anos.

O balanço apresenta um total do activo de 3.064.007,93€ (três milhões sessenta e quatro mil e sete euros e noventa e três cêntimos) e um passivo de 218.648,06€ (duzentos e dezoito mil e seiscentos e quarenta e oito euros e seis cêntimos), revelando assim uma situação líquida de 2.845.359,87 (dois milhões oitocentos e quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta e nove euros e oitenta e sete cêntimos), espelhada no total dos fundos patrimoniais.

A boa execução orçamental contribuiu para o bom resultado de 2017 (dois mil e dezassete), tanto mais que os valores em depósitos a prazo e à ordem reflectem o saudável estado económico em que se encontra a Associação.

Posto tudo isto, concluímos que, as Contas da Direcção reflectem o real resultado líquido bem como a real situação patrimonial que se situa num equilíbrio financeiro satisfatório não merecendo da nossa parte qualquer correcção, bem como o Relatório que sendo objectivo e claro mereceu também aceitação da nossa parte.

Face ao exposto, e em cumprimento dos Estatutos, este Concelho Fiscal emitiu parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas do ano dois mil e dezassete (2017).



A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos

Rua Adelina da Glória Berger, Lote 8, Loja F

8600 – 672 Lagos

Tel. – 282 764 826 Fax – 282 769 626

Email – geral@alacobrigense-asm.pt

3

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião pelas vinte horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os elementos deste Conselho Fiscal.

--- Jorge Cristino _____
--- Clarence Correia _____
--- Fernando Bernardo _____



A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “A LACOBRIGENSE – Associação de Socorros Mútuos” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.064.007,93 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.845.359,87 euros, incluindo um resultado líquido de 79.349,05 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da Direção pelas demonstrações financeiras

A Direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividade nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

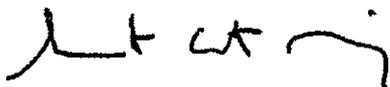
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da Direção

Em nossa opinião, o relatório de atividade foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 12 de março de 2018



António Manuel Castanho Miranda Ribeiro (ROC 778)

Rua Rebelo da Silva, n.º 24,

2790 – 428 Queijas